

Educação no Brasil - 50 anos pós Golpe Militar

Education in Brazil - 50 years after military coup

Educación en Brasil - 50 años después del golpe militar

O presente número da RBPAE é o primeiro que é lançado sem o apoio e a competente assessoria do Prof. Benno Sander que nos deixou abruptamente no final do mês de abril. Figura importante para a Anpae – presidiu a associação mais de uma vez – e para a educação brasileira, no seu conjunto, sua partida significa a abertura de uma grande lacuna intelectual e política, bem como a supressão dolorosa do convívio com uma pessoa generosa, alegre e solidária, como sabem e lamentam todos que tiveram a oportunidade de uma convivência mais estreita ou de gozar da sua amizade. O consolo é que pessoas do porte de Benno não vão embora. Ele permanece entre nós por meio de sua vasta obra, referência na área das políticas e gestão da educação, continuando a contribuir para a formação acadêmica e política daqueles que, como ele, abraçaram a causa da educação. Permanece, também, por meio dos exemplos de retidão de caráter e da postura ética que guiaram sua existência.

Publicamos nesse número, na seção Documento, carta de Juan Salamé Sala¹ destinada a Benno Sander, uma dentre as inúmeras homenagens que a ele estão sendo feitas. Ele, certamente, como um democrata por excelência, deve estar vibrando com o dossiê que em seguida apresentamos.

Os 50 anos do golpe militar, completados no dia 31 de março, é um marco que não pode ser esquecido. Costuma-se afirmar que o Brasil é um país sem memória o que significa dizer que elementos importantes da nossa história vão sendo esquecidos, mascarados, ocultos. Portanto, quase sempre tem sido difícil utilizar a história como meio de compreensão do presente e para pensarmos o futuro.

Como se sabe, o golpe de 1964 nos levou a viver sobre os controles de um regime autoritário por 20 anos, deixando profundas sequelas que ainda remanescem como herança maldita, inclusive no campo da educação. Como costuma ocorrer em todos os momentos de crise e de mudanças, a educação foi alçada ao centro da cena naquele período. Isto significou o estabelecimento e a implantação de novas diretrizes para a política educacional que visaram a sua adequação ao projeto de sociedade que então se tentava implantar no país, traçando um padrão para o nosso sistema educacional que ainda hoje persiste, mesmo contendo outras nuances em

¹ Juan Salamé Sala foi presidente do Forum Europeo de Administradores de la Educación de España (FEAE/ES). Atualmente é Inspector de Educación en Zaragoza y Profesor Tutor de la UNED en Calatayud.

face da vigência da democracia política desde 1984.

De fato, o Regime Militar implantou políticas, programas e ações que ainda hoje têm forte ressonância na manutenção, oferta e desenvolvimento da educação escolar. Duas medidas de regulamentação foram significativas naquele período: a Lei n.5.540/1968, que fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e a Lei n. 5.692/1971, que fixou diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus. De um lado, portanto, um conjunto de diretrizes e medidas destinadas a fazer uma reforma universitária autoritária, tendo por base parâmetros do modelo norteamericano. E, de outro, uma educação moral, cívica e profissionalizante destinada a “conformar” as pessoas à nova ordem então instalada, resultando em uma modernização conservadora da educação como, de resto, ocorria com as demais políticas econômicas e sociais.

Dentre as ações mais significativas que foram desenvolvidas no campo da educação destacam-se: a ampliação do ensino obrigatório e gratuito (ensino de 1º grau) que passou a abranger a faixa de sete a quatorze anos²; a preparação para o trabalho e a profissionalização compulsória no ensino de 2º grau; as diretrizes para a formação de professores e especialistas da educação; o currículo básico nacional articulado com uma parte diversificada; a expansão privada da oferta de educação superior; o crédito educativo; a criação de universidades federais sob a forma de fundação; a implantação e o desenvolvimento do regime de cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*; as mudanças no financiamento da educação, a exemplo da criação do salário educação, instituição e/ou reformulação de programas suplementares (merenda escolar, livro didático, saúde do escolar etc.); programas voltados à erradicação do analfabetismo. Tudo isto a partir de uma concepção de política educacional baseada no tecnicismo em que o planejamento, tomado como uma técnica neutra, e a tecnoburocracia que o concebia constituíam a solução adequada para os problemas educacionais, desconsiderando-se suas dimensões políticas.

Engajada em um compromisso social que visa à superação das desigualdades sociais e que rechaça qualquer forma de autoritarismo, a Anpae não poderia passar ao largo dos 50 anos do golpe militar. Dentre outras formas, por meio desse número da Revista Brasileira de Política e Gestão da Educação cujo núcleo central se configura como um dossiê composto de seis artigos³. Estes trazem à luz marcos importantes da política educacional daquele período, analisados por pesquisadores importantes que historicamente vêm se dedicando a pesquisas sobre a política educacional brasileira. Neste sentido, o Dossiê busca examinar criticamente alguns desses marcos, por meio de diferentes abordagens, destacando os processos de regulação e de regulamentação da educação que tiveram vigência naquele contexto, assim como as marcas e influências que remanescem até nossos dias.

Nessa direção, dois trabalhos buscam discutir o planejamento e a gestão

² Antes denominado “ensino primário” composto por 4 anos de estudo obrigatório e gratuito.

³ São também publicados quatro trabalhos na Seção “Outros Artigos”

da educação no período em destaque. O texto *“Planos de governo e educação brasileira: do regime militar aos tempos atuais”*, de Marília Fonseca (UNB), trata da política educacional brasileira focando as últimas décadas do Século XX, com ênfase na gestão e no planejamento educacional dos diferentes governos que tiveram curso no período em destaque. A autora reflete sobre o “contexto político do regime militar, ancorado na ideologia de crescimento econômico e de segurança nacional”, bem como sobre a “fase democrática que o sucedeu como um período de profundas mudanças em direção à inserção do país no processo de globalização econômica”. Ela entende que esses dois momentos marcaram profundamente “a gestão e o planejamento escolar, notadamente no contexto da Reforma do Estado de 1995”. O texto trata, ainda, da fase política subsequente, examinando a proposta do Plano de Ações Articuladas (PAR), apresentada em 2007, por ocasião do governo Lula (2003-2010), “cujo objetivo central é garantir organicidade às ações e estabelecer uma cultura de planejamento nas Secretarias Municipais de Educação e na escola”, com foco distintos mas com traços que ainda remanescem do regime autoritário.

“A gestão educacional no Brasil: os legados da ditadura” é o artigo subsequente, que tem por autores Ângelo Ricardo de Souza e Taís Moura Tavares ambos da UFPR. Seu conteúdo trata das heranças legadas pelo regime em foco, com destaque para a gestão da educação. Examina também o contexto da educação no período mencionado, destacando “a tecnocracia como o elemento determinante na concepção de gestão educacional desenvolvida à época”. O artigo analisa ainda “as consequências desta concepção para a gestão da escola atual, bem como dos sistemas de ensino”. Os autores afirmam que há uma “herança ainda forte na gestão da escola, com o domínio centrado em uma concepção técnica de diretor escolar” e apontam para a necessidade da “superação do legado da ditadura militar, no que tange à gestão dos sistemas de ensino, em particular no que se refere às formas e razões para o planejamento educacional”.

Compondo essa compreensão mais ampla sobre o planejamento e a gestão, o texto de José Marcelino de Rezende Pinto (USP), intitulado *“O Golpe de 1964 e o financiamento: ditaduras não gostam de educação”* traz uma análise sobre “os principais efeitos do golpe militar de 1964 no financiamento da educação no Brasil”. O autor destaca que, mesmo tendo havido um aumento significativo da carga tributária em relação a governos anteriores, foram insignificantes as repercussões positivas no padrão de investimento educacional, ficando quase sempre abaixo de 3% do PIB”. Em suas palavras, o “baixo padrão de gastos decorreu essencialmente da retirada do princípio da vinculação constitucional de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino”. O autor indica, ainda, que essas medidas potencializaram os danos na qualidade do ensino público “pois a falta de recursos se deu em um período em que houve grande expansão de matrículas, associada à crescente destinação de recursos para o setor privado”.

As ações no campo da educação, durante o regime autoritário, tiveram impactos distintos nas capitais e no interior do país, como mostra o texto *“A*

‘interiorização’ do golpe: os efeitos da ditadura civil-militar na educação em Vitória da Conquista-Bahia (1964-1985)”, de Elenice Silva Ferreira (UESB) e Carlos Roberto Jamil Cury (PUC-MG). Estes autores investigaram o padrão assumido pelas relações de poder em uma escola pública do município baiano durante o período em análise. Para tanto, tomaram por base a análise de memórias de professores e documentos escritos utilizando construtos teóricos weberianos, o que permitiu a identificação da estrutura e das ações da escola pesquisada. Suas conclusões indicaram que aí se reproduziram, de modo semelhante, as relações de poder que tiveram curso na sociedade, explicitando também que ocorria o tipo de dominação racional, “pautada no movimento de mando e obediência e fortemente permeada por elementos afetivos”.

Já o texto *“Educação de adultos em disputa – da pedagogia emancipatória à concepção ‘revolucionária’”, de Maria Emilia de Castro Rodrigues e Maria Margarida Machado (ambas da UFG), analisa, com base em estudo bibliográfico e documental, ações de educação de adultos de antes de 1964, realizadas pelos movimentos populares, e as que tiveram curso após o golpe militar representadas pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e pelo Ensino Supletivo. Com apoio teórico em construtos gramscianos, as autoras pontuam que “as evidências corroboram a compreensão dos projetos educacionais em disputa e sua relação com os desafios presentes na educação de jovens e adultos”.*

Concluindo os seis artigos que compõem o Dossiê se encontra o texto a *“Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais”, de Miriam Fábria Alves e João Ferreira de Oliveira (ambos da UFG). Trata-se da análise da criação, da institucionalização e expansão desta etapa da educação, tendo como ponto de partida as políticas do regime autoritário. Os autores examinam “alguns dos elementos constitutivos da Reforma Universitária de 1968, refletindo sobre o arcabouço legal, a constituição, a função social e os momentos e movimentos mais significativos de expansão da pós-graduação”, elementos que servem de suporte para pontuar os padrões “da oferta, dos dilemas e das perspectivas da pós-graduação no contexto atual”.*

São quatro os artigos que também compõem o presente número e que integram a seção “Outros Artigos.” O primeiro (sétimo na sequência) *“O material apostilado utilizado em pré-escolas municipais paulistas: análise de dois casos”* é de autoria de Bianca Correa (da USP de Ribeirão Preto) e Theresa Adrião (UNICAMP). Resultante de pesquisa, o texto tem por fulcro central a análise da atuação de duas empresas, integrantes do que é chamado de “sistemas privados de ensino”, no que concerne à produção de materiais apostilados para a Educação Infantil. É examinada “a concepção de Educação Infantil subjacente às atividades propostas nessas apostilas considerando o que indica a bibliografia sobre o tema e o que as orientações nacionais postulam para essa etapa de escolaridade”. Dentre outras conclusões, as autoras demonstram como as apostilas desconsideram os princípios e objetivos que devem reger e que tem sido marcante a presença destas empresas

privadas no cotidiano das escolas públicas paulistas, com uma atuação que desvirtua o sentido próprio da Educação Infantil.

O texto seguinte tem por autores Rodrigo Manoel Dias da Silva, Chaiane Paula Busnello e Fabíola Pezenatto (vinculados à Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Erechim) e intitula-se *“Política, cidadania e educação integral: a convivência democrática como princípio pedagógico.”* Tendo por referente o Programa Mais Educação, *“objetiva interpretar a tríade educação, política e cidadania, bem como as possibilidades contemporâneas de a convivência democrática constituir-se princípio pedagógico na escola pública”*. Resgata proposições de Anísio Teixeira e problematiza a necessidade de *“novas regulações à educação integral e o imperativo de reconstrução de narrativas de sentido social centradas nas diferenças culturais”* como caminho para que, efetivamente, essa modalidade educativa se concretize.

O penúltimo trabalho intitula-se *“Plano Nacional de Educação e o regime de colaboração: os indicadores educacionais e financeiros”*. Seu conteúdo, à luz do tratamento destes indicadores, traz um amplo debate sobre questões que estão postas para a educação brasileira, destacando as proposições do texto do PNE, do documento base da CONAE 2014, entre outros. Para tanto, traz retrospectiva histórica sobre políticas e sobre o debate das últimas décadas, analisa os padrões do financiamento, o papel dos fundos e defende propostas que merecem ser consideradas tendo em vista o fortalecimento do regime de colaboração, o papel do PNE a institucionalização do Sistema Nacional de Educação, por sua vez, como meio de garantir a educação de qualidade como direito. Sua autora é Magna França, da UFRN.

Finalizando a seção tem-se o artigo *“A política educacional do PT na Prefeitura Municipal de São Paulo (1989-1992): formulação e institucionalização”* cujos autores são Melina Casari Paludeto e Julio Cesar Torres, ambos vinculados à UNESP. Por meio da análise de documentos e medidas de políticas da Secretaria Municipal de Educação do período de governo destacado, é feito o exame da compatibilização entre estes materiais e as concepções do Partido dos Trabalhadores para a área educacional defendidas nos Encontros Nacionais do Partido, mostrando os programas municipais que incorporaram tais concepções.

Desejamos todos e todas muito bom proveito da leitura dos artigos aqui publicados.

Janete Maria Lins de Azevedo
Editora

João Ferreira de Oliveira
Editor Associado